

Nota prévia

A abertura a novos públicos, a ligação à sociedade e às empresas, o reforço da investigação científica, a integração em redes nacionais e mundiais de ensino, investigação e I&D, a capacidade de auto-financiamento, a autonomia, a gestão e o governo das organizações e o novo quadro de aprendizagem ao longo da vida são importantes desafios que as instituições de ensino superior enfrentam hoje e que apontam para diversas possibilidades de resposta, quer do poder político, quer das próprias instituições.

O Debate Nacional sobre Educação (DNE) identificou um conjunto de questões críticas, limitações, atrasos estruturais ou tendências negativas, como sejam, por exemplo, a persistência de débeis níveis de aprendizagem por parte de muitos alunos e a manifestação de elevadas desigualdades sociais, tanto no acesso à educação de infância e à escolaridade básica como, sobretudo, nos percursos escolares efectivamente realizados. Mas é no capítulo das propostas e recomendações que o Relatório Final do DNE aborda alguns dos problemas e os principais desafios que o ensino superior enfrenta.

A este propósito, o Relatório Final do DNE propõe às instituições e ao poder político que se mobilize o País para um projecto de desenvolvimento, coerente e integrador, de superação do persistente atraso nacional, animado por uma visão capaz de galvanizar o entusiasmo colectivo e de promover o ideal de sermos um país de sucesso, onde o ensino superior tem um papel vital a desempenhar.

Nesse sentido, chama particular atenção para o estabelecimento das bases para uma autonomia das instituições de ensino superior que não limite o espaço à diversidade e à flexibilidade e que permita estabelecer modelos de regulação com incentivos claros à qualidade e à excelência da gestão e do governo das instituições. E, precisamente, no âmbito dos modelos de regulação, especifica que não só devem garantir a qualidade e relevância,

* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

mas também assegurar a acreditação do ensino superior e a qualidade da qualificação profissional.

Idêntico relevo é dado à criação de redes de ensino superior, baseadas em lógicas múltiplas, de forma a combater a fragmentação e o desperdício de recursos. Este desenvolvimento em redes de colaboração que integrem de forma coerente instituições científicas, empresas, organizações da administração pública, escolas básicas e secundárias e a sociedade em geral permitirá que as instituições assumam as responsabilidades que lhes cabem na criação de valor nas regiões em que se integram, particularmente, as que estão no interior do País.

Reconhece, igualmente, um papel essencial à liderança das instituições como capacidade para mobilizar os actores, imprimir um rumo, construir uma cultura e uma ética, tendo a qualidade, a excelência e a melhoria contínua como objectivos permanentes da sua acção quotidiana.

Em termos globais e no capítulo das propostas para melhorar a educação nos próximos anos, o Relatório Final do DNE aponta, nomeadamente, para a necessidade de se:

- fomentar e melhorar a procura do ensino superior, de forma a que tenham acesso às instituições universitárias e politécnicas mais jovens, melhor preparados e melhor orientados;

- criar padrões de qualidade para o desempenho das instituições educativas, com o estabelecimento de rigorosos mecanismos de acompanhamento e avaliação e divulgação das melhores práticas;

- adoptar o paradigma de aprendizagem ao longo da vida como orientação central para o desenvolvimento social;

- melhorar a qualidade do ensino superior e da investigação científica e tecnológica, evoluindo para um novo ordenamento institucional;

- aprofundar a abertura das universidades e politécnicos às empresas e das empresas às universidades e politécnicos, além de se dever melhorar a formação e os estímulos à colocação de licenciados, mestres e doutores nas empresas;

- aprofundar, esclarecer e potenciar a existência do sistema binário, universitário e politécnico.

Resulta claro que o DNE trouxe para o centro das atenções algumas das questões, problemas e desafios com que o ensino superior se tem confrontado nas últimas décadas. Daí que o Conselho Nacional de Educação tenha programado para 2007 um conjunto de debates com vista ao aprofundamento das temáticas estruturantes que emergiram do Debate Nacional sobre Educação.

Para garantir a diversidade de perspectivas e uma análise aprofundada dos assuntos, adoptou-se um programa de trabalhos que permitiu tratar cada tema em duas sessões no mesmo dia: uma sessão de manhã reservada à apresentação de comunicações por especialistas nacionais e estrangeiros e, à tarde, um *workshop*, onde um conjunto de conselheiros e personalidades ligadas a diversos sectores da sociedade puderam debater e aprofundar diferentes pontos de vista, já enriquecidos com as comunicações da manhã.

Esta programação de actividades do CNE articulava-se e de certo modo antecipava a intenção do Governo de lançar uma reforma do ensino superior, cujo início se previa para 2007. A relevância destas propostas foi inteiramente corroborada, em Fevereiro de 2007, quando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior apresentou o documento “Orientações para a Reforma do Sistema de Ensino Superior em Portugal” em Sessão Plenária do Conselho.

E foi em resultado desta conjugação de factores e de vontades que o Conselho Nacional de Educação organizou os Seminários e *Workshops* sobre

- *Estatuto legal das instituições de ensino superior – autonomia, responsabilidade e governança*
- *Recursos humanos e materiais – a carreira académica e os sistemas de financiamento*
- *Acesso e equidade – modelos de apoio social escolar*
- *Qualidade e acreditação – modelos e tendências actuais*

Ao ouvir investigadores, especialistas, actores e dirigentes de universidades e politécnicos, o Conselho cumpria de algum modo um duplo objectivo – promover a reflexão e o debate sobre a Reforma do Ensino Superior em Portugal e recolher conhecimento de natureza científica (*evidência*) que ajudasse a fundamentar as suas posições nestes domínios.

Na preparação destes seminários, o Conselho contou com a prestimosa colaboração do CIPES-Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, que aqui se agradece, mas importa sobretudo relevar o papel que teve em todo este processo o conselheiro Alberto Amaral que foi o *Editor* (no sentido anglo-saxónico) deste livro, bem como a colaboração da Dra. Teresa Gaspar, da Assessoria do CNE, pelo seu trabalho de organização e revisão da obra.

Cumpra ainda agradecer a todos os autores dos *papers* que aceitaram este desafio do CNE, aos múltiplos participantes nos *workshops*, que tanto enriqueceram os nossos debates e cuja lista se publica conjuntamente com a síntese dos trabalhos, além das Assessoras do Conselho Nacional de Educação a quem coube a preparação dessas sínteses.